

# ICMBio

Edição 485 - Ano 11 - 14 de setembro de 2018

*em foco*

## Acadebio comemora nove anos

PÁGINA 7

ICMBio discute uso de herbicidas para controle de espécies exóticas invasoras

PÁGINA 4

Ações buscam ordenamento pesqueiro na Lagoa do Jequiá

PÁGINA 16

Oficina alia conhecimentos tradicionais e científicos na Resex Barreiro das Antas

PÁGINA 3



# ICMBio é empossado em Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) assumiu, na última semana, lugar no Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). O órgão é representado pelo diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial (Disat), Claudio Maretti, e pelas suas suplentes Bruna de Vita, coordenadora-geral de Populações Tradicionais (CGPT), e Mara Nottingham, coordenadora de Articulação de Políticas para Comunidades Tradicionais.

O CNPCT é um órgão colegiado de caráter consultivo que foi instituído pelo Decreto nº 8.750/2016 e é integrante da estrutura do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Seus objetivos principais são promover o desenvolvimento sustentável para povos e comunidades tradicionais; propor conferências nacionais para esse público e zelar pelo cumprimento das convenções, acordos e tratados internacionais ratificados pelo Brasil, bem como atuar pela participação dos povos tradicionais nesses tratados.

O conselho também é responsável por co-

ordenar, acompanhar e monitorar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, entre outras ações. Além de acompanhar iniciativas já existentes, o CNPCT também vai propor princípios, diretrizes, conceitos e entendimentos para políticas de sustentabilidade dos povos tradicionais e identificar a necessidade de novos arranjos.

O CNPCT é composto por 44 membros titulares, sendo 29 da sociedade civil e 15 de órgãos da administração pública federal, entre eles ICMBio, Casa Civil e ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Justiça, da Educação e da Saúde. “O CNPCT congrega as populações tradicionais, além das comunidades extrativistas das UCs de uso sustentável. Dessa forma, nossa participação busca levar a esse âmbito mais amplo as demandas da gestão das unidades e de suas populações tradicionais e ao mesmo tempo se beneficiar das diretrizes desse espaço”, diz Maretti.



Ramilla Rodrigues

CNPCT é formado por representantes governamentais e não governamentais

# Oficina alia conhecimentos tradicionais e científicos

Comunitários da Reserva Extrativista (Resex) Barreiro das Antas (RO) participaram da “Oficina de Manejo e Extração de Óleo Resina de Copaíba”, promovida pela unidade de conservação (UC). A capacitação, realizada em agosto, foi uma oportunidade de aprendizado para os moradores da reserva, que puderam aprimorar seus conhecimentos.

A realização da oficina partiu do interesse dos comunitários, que já extraíam o óleo de forma tradicional, mas sem o domínio técnico. Durante quatro dias, os moradores da Resex puderam aprender com o consultor Vanderlei Rodrigues Junior as técnicas adequadas de manejo, buscando um melhor aproveitamento da árvore no que se refere à qualidade e quantidade de óleo extraído, reduzindo o impacto ambiental e assegurando uma maior rentabilidade da atividade.

Os participantes puderam aprender desde informações sobre sustentabilidade e a importância da preservação para as futuras gerações até noções de cadeia produtiva, manejo de copaíba e ferramentas utilizadas para extração. “A oficina foi muito boa para a gente tirar dúvidas. Tem muita coisa que eu não sabia, mas agora que aprendi, vou fazer desse jeito”, afirmou João Dantas, morador mais antigo da Resex.

## FIXAÇÃO DE MORADORES CONTRIBUI PARA PRESERVAÇÃO

A Resex Barreiro das Antas tem 107,234 hectares bastante preservados devido à inexistência de atividades capazes de gerar impactos ambientais. “Isso é atribuído principalmente às dificuldades de acesso e à distância da cidade mais próxima, Guajará-Mirim, que fica a 130 quilômetros da unidade e pode ficar inacessível nos meses mais secos”, explicou Emerck Lima Cipriano, chefe da UC.

Se por um lado a dificuldade de acesso ajuda na preservação, por outro dificulta a sobrevivência e permanência dos comunitários remanescentes da unidade. Cipriano afirma

que “muitos extrativistas têm intensa relação com a cidade de Guajará-Mirim, tanto pelos familiares quanto pela necessidade de comercialização de seus produtos; acesso à saúde, à educação e aos programas governamentais; e complementação da renda por meio de trabalhos temporários. Essa necessidade dificulta a permanência dos jovens na Resex e, portanto, sua sustentabilidade ao longo do tempo”.

Com base nessa realidade, a Resex tem buscado desenvolver ações que busquem a fixação de comunitários na unidade. Reuniões de base comunitária estão sendo desenvolvidas visando o fortalecimento do movimento e o empoderamento dos comunitários. Uma das propostas é a busca por parceiros para continuar o processo de capacitação e assistência técnica. O objetivo é que, em um futuro próximo, sejam instaladas unidades de beneficiamento, pois a produção e beneficiamento no interior da unidade agrega mais valor aos produtos e diminui o volume a ser transportado por ocasião da sua comercialização.

“Além disso, estamos apoiando os comunitários, que esperam ações governamentais nas áreas de educação, saúde e infraestrutura. Também planejamos a realização de mais cursos e capacitação voltados para a exploração sustentável dos recursos naturais com potencial de comércio. Com a diversificação das atividades extrativistas, a tendência é que os comunitários melhorem sua renda e qualidade de vida, facilitando sua fixação e contribuindo para a preservação da biodiversidade, tendo em vista a redução da necessidade por atividades agrícolas comerciais”, ressaltou Emerck.



Moradores que já realizam a extração do óleo de copaíba aprimoraram seus conhecimentos

# CBC discute uso de herbicidas no controle populacional de plantas exóticas invasoras

O Instituto Chico Mendes realizou neste mês uma reunião para discutir o uso de herbicidas no controle populacional de plantas exóticas invasoras em unidades de conservação (UCs). O evento reuniu pesquisadores, gestores públicos e técnicos do ICMBio, além de representantes do Ibama, Instituto Hórus e Embrapa Agrossilvipastoril.

O Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado (CBC) vem atuando diretamente em geração de conhecimento, discussões e orientações técnicas sobre espécies exóticas invasoras. Isso porque em algumas unidades de conservação podem ser encontradas plantas exóticas invasoras, como braquiária, leucena e pinus, que possuem alta habilidade reprodutiva e acabam dominando o ambiente, substituindo populações de plantas nativas e, em alguns casos, causando até mesmo a extinção local na UC. Em outras situações, as espécies exóticas invasoras podem alterar o funcionamento dos ecossistemas, aumentando o risco de erosão e reduzindo a qualidade e disponibilidade de água.

Diante desse problema, o CBC promoveu um debate sobre o tema, com o objetivo de discutir orientações a serem utilizadas nas unidades de conservação. Durante a reunião, foi feito um nivelamento de conhecimento em temas como legislação básica sobre o uso de herbicidas, necessidades e dificuldades técnicas e legais para utilização em UCs federais, uso de herbicidas no controle de espécies exóticas invasoras e considerações para decidir pelo uso de herbicidas.

## MÉTODOS INTEGRADOS DE CONTROLE

Os impactos causados por estas espécies mostram a necessidade de que sejam controladas para que as populações nativas sejam conservadas e os ambientes naturais das UCs, preservados. “No entanto, esse controle não é fácil e pode ser exaustivo e inócuo. Por exemplo, a

remoção mecânica de plantas exóticas invasoras deve ser intensa e frequente (em algumas situações, com ações mensais, durante anos), pois elas podem rebrotar, mantendo a população estabilizada. Para as espécies que possuem bulbos subterrâneos, é necessário remover o solo, ação extremamente impactante”, explicou Alexandre Sampaio, do CBC.

Devido a essas dificuldades, formas eficazes e ambientalmente corretas de manejo de espécies exóticas invasoras são discutidas em todo o mundo. E, em muitos casos, o método que parece hostil pode ser uma boa solução quando aplicado de forma cautelosa. “Este é o caso da utilização de herbicidas. O uso dessas substâncias no controle de espécies exóticas invasoras é pontual e diretamente no indivíduo, bem diferente da forma amplamente conhecida e usada na agricultura. Além disso, devem ser selecionadas fórmulas com princípio ativo de baixa mobilidade e persistência no ambiente”, afirmou Alexandre.

O uso dessas substâncias no controle de espécies exóticas invasoras vem se mostran-



Plantas exóticas invasoras encontradas

do efetivo no mundo todo, contudo, ainda é um tema polêmico no Brasil, especialmente quanto ao uso em UCs. “Essa polêmica se dá pela falta de conhecimento da forma de implementação. Portanto, o desconhecimento é o principal inimigo para a melhor estratégia de controle de plantas invasoras”, pontuou o analista ambiental.

Na reunião, as apresentações e discussões mostraram que, em muitos casos, os métodos mecânicos (corte e arranque das plantas) são pouco efetivos, demasiadamente caros e trabalhosos e podem causar grandes perturbações no solo. A partir desses entendimentos, verificou-se que uma estratégia de métodos

integrados de controle (mecânicos, associação a herbicidas e plantio de espécies nativas) deve ser empregada para controlar as espécies exóticas em prol das nativas.

Os participantes definiram, ainda, uma árvore de critérios para orientar a decisão de gestores de UCs quanto ao uso. O material fará parte de um guia de controle de espécies exóticas invasoras em UCs federais, que será elaborado de forma participativa com gestores de UCs e centros, coordenado pelo CBC. Também foi elaborada uma lista de demandas para normativa específica para o uso de herbicidas em ambientes naturais.



# Realizado diagnóstico fundiário no entorno da Rebio Bom Jesus



Acervo Rebio Bom Jesus

Estudantes cadastrarão moradores do entorno da Rebio

Entre os dias 31 de agosto e 4 de setembro, foi realizada a etapa de campo da disciplina Práticas em Planejamento e Gestão Ambiental do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Apesar de abordar temas diversos a cada ano, a disciplina tem como objetivos desenvolver trabalhos práticos que subsidiem a gestão e o planejamento das unidades de conservação (UCs) vinculadas ao NGI Antonina e proporcionar aos alunos experiências reais em questões profissionais relacionadas à gestão de áreas protegidas.

Em 2018, foram matriculados alunos de cinco cursos diferentes de graduação da UFPR, além de monitores e supervisores ligados aos programas de pós-graduação da universidade. Também participaram das aulas preparatórias e do trabalho de campo os analistas ambientais do Núcleo de Gestão Integrada de Antonina.

Os desafios para o ano de 2018 consistiram em um primeiro esforço de cadastramento de moradores que residem no entorno imediato da Reserva Biológica (Rebio) Bom Jesus, no mapeamento de oportunidades e dificuldades poten-

ciais relacionadas a essas ocupações e no aporte de subsídios para as propostas de zoneamento que estão em discussão para a unidade.

Os alunos se dividiram em dois grupos: um deles debruçou-se sobre mapas e imagens satelitais a fim de identificar edificações vizinhas ou no interior da Rebio e o outro desenvolveu o modelo de questionário a ser aplicado em campo, considerando as demandas apresentadas pela equipe gestora da UC. Com questionários e mapeamentos preliminares prontos, os grupos realizaram incursões em campo em comunidades rurais dos municípios de Guaraqueçaba e Antonina, percorrendo mais de 1.000 quilômetros ao longo do perímetro da UC e aplicando 110 entrevistas, todas cadastradas com foto em banco de dados georreferenciado.

As apresentações e análise dos resultados obtidos devem ser realizadas ainda no mês de novembro. A parceria NGI Antonina e Departamento de Geografia/UFPR integra o termo de cooperação celebrado entre a universidade e a Coordenação Regional – 9 em Florianópolis.

# ICMBio Rio Paraná promove capacitação de educadores ambientais

Na última semana de agosto, o Instituto Chico Mendes promoveu a capacitação em Educação Ambiental na Gestão da Biodiversidade “Do despertar do senso crítico à inserção nos espaços sociais”. Realizada na Área de Proteção Ambiental (APA) das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná (MS/PR/SP), seu objetivo foi a construção de processos educativos que propiciem uma visão crítica das circunstâncias ambientais da unidade de conservação (UC) com o maior envolvimento e participação qualificada dos pescadores profissionais e agricultores familiares nos espaços de gestão do território.

Cláudio Fabi, instrutor da capacitação e analista ambiental do ICMBio, explica que a educação ambiental crítica se propõe a evidenciar os conflitos socioambientais existentes no território para que desta forma os problemas sejam verdadeiramente discutidos com aqueles mais atingidos pela perda dos recursos naturais. “Este é um meio de darmos voz àqueles menos ouvidos para que possamos evitar que ocorram injustiças ambientais. Ao qualificar para o debate grupos com menor representatividade, podemos fortalecê-los para que se busque maior equilíbrio nas relações de poder existentes na gestão territorial”, afirmou.

De acordo com a analista ambiental do Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência (Coripa), Letícia Nunes Araujo, essa é a primeira vez que a educação ambiental é abordada na região sob o enfoque crítico. Como requisito para conclusão da capacitação, os participantes elaborarão projetos de educação ambiental para a comunidade de pescadores profissionais e agricultores familiares. “Os participantes terão o importante papel de multiplicadores junto à sociedade para que possamos dar continuidade à educação ambiental crítica na APA mesmo após a conclusão da capacitação”, explicou.

Luzia Pereira da Silva, uma das alunas da capacitação, já está visualizando o que apren-



Acervo NGI ICMBio Rio Paraná

deu sendo aplicado na prática em seu município. “Todo o poder aquisitivo do município é do trabalhador rural, do pequeno agricultor. Pensando no projeto, a ideia é fazermos uma proposta pensando lá na nossa realidade. Para esse curso eu trouxe expectativa e estou levando conhecimento para desenvolver na minha comunidade e no município”, pontuou Luzia, que é agricultora de Taquarussu (MS), município que está localizado integralmente no interior da APA.

A pescadora de Rosana (SP), Isabel Perci-  
lia de Oliveira, alerta sobre a degradação do rio Paraná: “Como ele está, nós nunca vimos. Não vamos esperar tragédias para valorizarmos nosso rio. Eu, falando como a voz dos ilhéus e pescadores, digo que nós precisamos de ajuda”. Preocupada com a falta de peixes no rio e com a necessidade de garantir a manutenção tanto de peixes como de pescadores, ela se diz motivada a levar o trabalho adiante. “Queria abraçar o mundo, mas meus braços não alcançam, então decidi abraçar a comunidade onde vivo”, afirmou.

A capacitação é uma iniciativa do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) ICMBio Rio Paraná e da Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental (DGPEA), realizada com recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com apoio do Coripa. Dividida em dois módulos, a segunda parte da capacitação ocorrerá de 1º a 3 de outubro na Estação Ecológica do Caiuá, unidade de conservação estadual gerida pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), também parceiro da ação.

# ICMBio comemora aniversário da Acadebio

A Acadebio comemorou neste mês mais um aniversário. Com nove anos de criação, o centro de formação celebrou um ano de muitas realizações e planejamento intenso para as mudanças que estão por vir.

No evento comemorativo, que contou com servidores e colaboradores da Acadebio e da Floresta Nacional (Flona) de Ipanema, as equipes lembraram momentos marcantes deste último ano, como o evento de acolhimento e ambientação dos empregados públicos da Infraero cedidos ao ICMBio em 2017; a realização do primeiro “Curso de Gestão para Resultados em Áreas Protegidas” voltado para o público africano, no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Capacidades da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em colaboração com a GIZ; e o primeiro “Curso de Mediação de Conflitos Pessoais e Interpessoais”.

A unidade escola também contribuiu para o empoderamento de outros atores sociais na conservação da natureza, apoiando eventos de parceiros como o primeiro curso voltado para condutores de visitantes da Flona de Ipanema e o primeiro “Workshop de Lacunas e Prioridades de Pesquisa em Silvicultura de Espécies Arbóreas Nativas”, realizado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em estreita parceria com a floresta nacional.

Este também foi um ano de muitos avanços no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com sua implantação, e o início da elaboração de 20 cursos em EaD, com apoio do PNUD e do IPÊ, a serem lançados no AVA em 2019. Além disso, devem ser ressaltados a realização

e o apoio à realização de mais de 50 eventos relacionados ao desenvolvimento de pessoas do ICMBio, assim como o apoio a eventos de capacitação de diversos parceiros na conservação da biodiversidade, como a UFSCar, União dos Escoteiros do Brasil e Marinha do Brasil.

“Acreditamos que conseguimos avançar muito na realização de nosso plano estratégico, com a organização dos processos e abertura da escola para outros atores parceiros na conservação da sociobiodiversidade, mas ainda há bastante trabalho pela frente! Depois de celebrar o ano que passou, rumamos ao futuro!”, comemorou Marina Kluppel, chefe da Acadebio.

## PERSPECTIVAS

Desde 2017, a Acadebio se prepara para um novo desafio: firmar parceria com uma organização da sociedade civil por meio de um contrato de gestão (confira a entrevista na página 18). “Este ato conferirá maior autonomia financeira à escola e possibilitará a ampliação da oferta de cursos para outros órgãos do Sisnama, parceiros, conselheiros de unidades e sociedade em geral”, ressaltou Silvana Canuto, diretora de Planejamento, Administração e Logística.

Para a diretora, a iniciativa inovadora de publicizar as atividades de formação, capacitação e uso público da unidade escola estabelece uma mudança de paradigma na gestão pública, em que se propõe ampliar a oferta de formações nas temáticas de competências do ICMBio, realizar mais ações com menos custos e atender o público interno e externo, com captação de recurso e incremento da participação social.





Acervo ICMBio



# Programa MONITORA avança no componente subaquático

O Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade (MONITORA) deu mais um passo importante para fortalecer o papel das unidades de conservação no âmbito da conservação. Entre os dias 27 e 31 de agosto, gestores e parceiros participaram do “1º Curso de Capacitação no Componente Aquático Continental: Protocolo Básico de Igarapés”. A capacitação foi sediada na Estação Ecológica (Esec) Maracá (RR) e contou com a participação de 34 pessoas, entre gestores de UCs, parceiros e equipe organizadora.

Instituído pela IN ICMBio nº 3/2017, o MONITORA tem como principal objetivo avaliar, de forma continuada, a efetividade das UCs federais e está dividido em três subprogramas: terrestre, aquático continental e marinho costeiro. O alvo da capacitação realizada recentemente, o protocolo básico de igarapés, integra o subprograma aquático, em conjunto com os protocolos de automonitoramento e pesca experimental.

O objetivo do curso foi capacitar os alunos para que eles possam aplicar o protocolo básico de igarapés em suas unidades e também serem futuros multiplicadores do programa. Os participantes foram instruídos sobre os três alvos globais que compõem o protocolo de igarapés: odonatas (libélulas), peixes e habitat, além de seus respectivos indicadores. Os alunos também puderam conhecer as diretrizes gerais do programa de monitoramento e compreender o arcabouço teórico utilizado para construção desse protocolo.

O curso foi bastante prático, e mesmo as atividades realizadas em “sala de aula” tiveram ações práticas. Os alunos puderam aplicar o protocolo na íntegra em dois igarapés considerados de “uso didático”, presentes na área da Esec Maracá, relativamente próximos à sede. “Esse conhecimento prático é fundamental para que os alunos se sintam confiantes em replicar as etapas sequenciais e implementar o protocolo nas suas UCs, afirmou Danyhelton Douglas Farias Dantas, bolsista do Cepam.

Hoje, o subprograma aquático continental já conta com mais de dez unidades de conservação que aplicam algum dos seus protocolos. A perspectiva é que esse número aumente após o evento de capacitação e mais unidades passem a coletar dados para subsidiar as ações de monitoramento nas UCs.

Danyhelton explica que essas informações têm relevância não apenas em escala local, onde elas podem responder a questões voltadas para o conhecimento da composição de espécies nas UCs, ou mesmo sobre a melhor gestão de uso dos recursos pesqueiros (no caso de Resex e RDS, por exemplo), como também em escala mais global. “Os dados de monitoramento obtidos ao longo dos anos podem servir para indicar a existência de eventos extremos cíclicos ou mesmo identificar padrões temporais em escala macro. Outro resultado obtido pelo MONITORA é a aproximação entre as comunidades que estão no entorno das unidades de conservação e os gestores das UCs. Essa relação é um dos pilares do programa”, destacou.



Acervo Cepam

Participantes puderam aplicar na prática os conhecimentos adquiridos no curso

[www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br)

# Servidores definem competências de unidades organizacionais

Representantes de setores da sede, núcleos de gestão integrada (NGIs), unidades avançadas de administração e finanças (UAAFs) e coordenações regionais (CRs) participaram de oficinas do projeto de mapeamento de competências. Os eventos foram realizados na sede do ICMBio, em Brasília, e reuniram cerca de 80 servidores.

Durante as oficinas, os participantes foram capacitados por pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA), parceira na implantação da Gestão por Competências no ICMBio, para descrever as competências de suas unidades organizacionais, elencando tanto as atividades que já são realizadas como aquelas que deveriam ser desempenhadas, mas não são por motivos diversos, como a falta de pessoal especializado, por exemplo.

Dos dias 21 a 25 de setembro é a vez de representantes dos centros de pesquisa e de unidades de conservação (UCs) participarem das oficinas a serem promovidas na Acadebio. No caso das UCs, diante da impossibilidade de contar com um representante de cada unidade, foram selecionadas grandes temáticas (uso público, pesquisa, gestão florestal, proteção, entre outras) que compõem as atividades desenvolvidas nas diferentes regiões e categorias de unidades de conservação.

São essas competências que comporão um formulário personalizado de cada unidade organizacional, a ser enviado e respondido pelos técnicos e analistas do ICMBio, o que acontecerá possivelmente nos meses de outubro e novembro. Nesse questionário, todo servidor poderá analisar as competências que foram estabelecidas para a sua unidade organizacional e se posicionar naquele tópico – se não utiliza aquela competência ou qual o grau de necessidade de capacitação na área.

Dúvidas e sugestões podem ser direcionadas ao e-mail [competencia@icmbio.gov.br](mailto:competencia@icmbio.gov.br) e aos telefones (61) 2028-9162/9163.

## CONFIRA AS ETAPAS DO PROJETO DE MAPEAMENTO DAS COMPETÊNCIAS

- AGOSTO 2018**  
Sensibilização para o projeto de mapeamento de competências
- AGOSTO 2018**  
Capacitação da equipe do ICMBio para condução do projeto
- SETEMBRO 2018**  
Realização das oficinas - Identificação das competências setoriais: gerenciais e técnicas
- NOVEMBRO E DEZEMBRO 2018**  
Questionário de avaliação das lacunas de competência
- JANEIRO 2019**  
Elaboração do Plano Anual de Capacitação por Competências (PAC 2019)



Gabriel Schulz

# ICMBio e parceiros elaboram PAN para herpetofauna do Nordeste brasileiro

Representantes de 29 instituições reuniram-se recentemente para a construção conjunta de um plano de ação para répteis e anfíbios do Nordeste brasileiro ameaçados de extinção. Entre os dias 27 e 31 de agosto, na Universidade Católica de Salvador (UCSAL), foram realizadas a “Avaliação Final do PAN Herpetofauna da Mata Atlântica Nordestina” e a “Oficina de Planejamento do Plano de Ação Nacional para a Conservação da Herpetofauna Ameaçada do Nordeste - PAN Herpetofauna do Nordeste”.

O evento foi coordenado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios (RAN) e contou com a presença de 46 participantes de instituições de ensino e pesquisa, da gestão municipal, estadual e federal e de organizações não governamentais. Mais de 20 estudantes de graduação e pós-graduação da UCSAL e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) tiveram a oportunidade de conhecer e acompanhar o processo e também atuaram no apoio da oficina.

O objetivo foi construir de forma participativa, com representantes dos nove estados do Nordeste do Brasil, um conjunto de ações prioritárias para combater as ameaças sobre as espécies da herpetofauna e seus habitats na região. Durante a oficina, foram estabelecidos quatro objetivos específicos a serem alcançados por meio da execução de 40 ações pactuadas pelos articuladores/colaboradores presentes no evento.

Além da UCSAL, o evento contou com apoio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente da Bahia e do Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (Inema).

## O PAN

O PAN Herpetofauna do Nordeste terá como área de abrangência todo o Nordeste brasileiro e incorporará o PAN Herpetofauna da Mata Atlântica Nordestina, que teve início em 2013 e encerrou seu primeiro ciclo em julho deste ano. Todos os répteis e anfíbios do Nordeste constantes da lista nacional de espécies ameaçadas de extinção são alvos deste PAN, que contemplará, ainda, como beneficiadas, as espécies categorizadas como quase ameaçadas na última avaliação nacional e as constantes em listas dos estados da Bahia e de Pernambuco.



Marco Freitas

*Glaucomastix abaetensis*, espécie ameaçada de extinção

# Parna do Pantanal Matogrossense realiza monitoramento de pesca no entorno

Acervo Parna do Pantanal Matogrossense



Ações incluíram o cadastramento de moradores da comunidade tradicional da Barra do São Lourenço, localizada no entorno do Parna

O Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (MT/MS) realizou em agosto ações de monitoramento de pesca no entorno da unidade de conservação (UC). As atividades desenvolvidas na zona de amortecimento incluíram o cadastramento de moradores da comunidade tradicional da Barra do São Lourenço, o desenvolvimento do protocolo de pesca experimental e a realização da primeira oficina de automonitoramento na comunidade. Além do parque, participaram representantes da Coordenação Regional 10 e dos centros nacionais de pesquisa e conservação da Biodiversidade Amazônica (Cepam) e da Biodiversidade Aquática Continental (Cepta).

As ações são parte do processo de revisão do plano de manejo, atendendo a decisão ju-

dicial que determinou ao ICMBio considerar a pesca artesanal profissional e o direito de acesso aos recursos pesqueiros na zona de amortecimento da unidade de conservação pela comunidade tradicional da Barra do São Lourenço, localizada no imediato entorno da unidade. Diante disso, ficou definido que os centros nacionais de pesquisa do ICMBio aplicariam os protocolos de monitoramento para áreas alagáveis no âmbito do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade (MONITORA), ligado ao subprograma aquático continental, em áreas estratégicas definidas na zona de amortecimento do parque.

Em campo, foram aplicados dois protocolos. Um de automonitoramento da pesca, para a Comunidade da Barra do São Lourenço, coordenado pelo Cepam, para que os pescadores possam, de forma participativa, conduzir o monitoramento comunitário da pesca. O segundo foi o protocolo de pesca experimental de áreas alagáveis, coordenado pelo Cepta, atividade executada em quatro pontos distribuídos ao longo da zona de amortecimento do parque. Os dados obtidos por meio dessas duas ações vão permitir criar cenários de decisão, principalmente sobre as espécies de interesse comercial e iscas vivas, e subsidiar tomadas de decisões sobre potenciais mudanças nas normas de pesca da zona de amortecimento, constantes no plano de manejo.

O cadastramento dos moradores e pescadores da comunidade foi feito pela primeira vez por uma equipe do ICMBio. O formulário utilizado foi o mesmo do cadastro de famílias residentes em unidades de conservação, organizado também pelo instituto. Além do cadastramento, foi realizado ainda o mapeamento das áreas de uso e interesse para pesca da comunidade, que ajudarão na avaliação da revisão do plano de manejo uma vez que dimensiona o esforço pesqueiro potencial da comunidade na zona de amortecimento.

# UC realiza atividade para homenagear o Dia do Cerrado

Na última semana, o Parque Nacional (Parna) da Chapada dos Guimarães (MT) celebrou o Dia do Cerrado com a realização de um cine debate sobre o filme-documentário “Ser Tão Velho Cerrado”. Representantes do ICMBio, da Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente de Chapada dos Guimarães e de entidades que participam do Conselho Consultivo compareceram ao evento.

O filme-documentário trata da realidade do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO), em que, preocupados com o fim do Cerrado no estado de Goiás, os moradores buscam alternativas de desenvolvimento para sua região. “Esta realidade que nos foi mostrada guarda muitas semelhanças com a região da Chapada dos Guimarães. O garimpo, a produção agrícola mecanizada altamente poluidora, os impactos dos empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, a pressão e a opressão vividas pelas comunidades locais do entorno da unidade de conservação (UC), o pouco incentivo ao ecoturismo e à produção orgânica de alimentos, tudo isso faz parte dos desafios da gestão do parque”, exemplifica Priscilla Estevão, analista ambiental do Parna.

Convidados a um bate-papo depois do filme, para realizar novas conexões, trocas e reflexões, os participantes abordaram diversas questões importantes, como participação

cidadã, mobilização da coletividade, ações e práticas educativas inovadoras e uso da arte como poderosa ferramenta de sensibilização e agregação social. Com o interesse dos professores da rede de ensino pública do município, a estratégia definida pela equipe do Programa de Educação Ambiental do parque é estimular as escolas a serem espaços exibidores e realizarem os cine-debates.

## PRÓXIMAS EXIBIÇÕES DO CINE DEBATE

O planejamento da próxima edição do cine-debate já começou. A equipe do parque deverá produzir uma segunda exibição, contando de novo com as parcerias, mas dessa vez será em Cuiabá, inaugurando o auditório do Ibama.

A produção está disponível no Videocamp, plataforma onde usuários podem se cadastrar, preencher um formulário, receber o link do filme para download e realizar sua exibição pública. “Aproximar filmes transformadores de pessoas que querem transformar o mundo, criando um ambiente propício ao entendimento e ao diálogo: essa é a proposta do Videocamp”, explicou Priscila.

Em <https://bit.ly/2xqt4Yi> é possível conferir o filme e as exposições com debate programadas no pelo país.



# Resex Baixo Juruá fiscaliza desova dos quelônios

A Reserva Extrativista (Resex) do Baixo Juruá (AM), em parceria com a Polícia Militar, realizou a Operação Desova entre os dias 24 de agosto e 6 de setembro. A ação foi promovida em razão do período de desova dos quelônios nas praias da unidade de conservação (UC).

A operação resultou em dez autos de infração, sendo oito relacionados a quelônios e os outros dois, ao tráfico de aves e transporte ilegal de pirarucu (*Arapaima gigas*). Os quelônios apreendidos pela fiscalização foram soltos no rio Juruá. A proximidade da cidade de Juruá aumenta a pressão de captura sobre a espécie, demandando a intensificação de operações de fiscalização, aliadas à vigilância comunitária, realizada pelos beneficiários da reserva.

De acordo com o coordenador da operação, o técnico ambiental Gerson Roessle Guaita, o objetivo foi resguardar os tabuleiros de desova, oportunizando que os quelônios nidifiquem nas praias. Paralelamente, foi realizada a vistoria nas embarcações de pequeno, médio e grande porte, que navegam o rio Juruá e, frequentemente, transportam os animais para comercialização. Gerson enfatiza, ainda, a importância da sensibilização, junto aos tripulantes das embarcações e moradores da cidade, durante as abordagens, para a conservação das espécies de quelônios.

“A educação ambiental proporciona o senso de pertencimento do homem junto ao ambiente natural, pois, consciente disso, ele repensa suas atitudes em relação à exploração dos recursos. A fiscalização é adotada para coibir aqueles que, apesar da informação e ciência da legislação, continuam com ações predatórias”, ressalta.

Nos meses de verão amazônico, quando as chuvas diminuem e os níveis dos rios abaxam, surgem as praias fluviais, transformando o cenário da região e estabelecendo um novo ciclo de vida à fauna. Nesse período, os quelônios realizam a desova nas praias, conhecidas

como tabuleiros. Na Resex do Baixo Juruá, banhada pelo rio Juruá, as desovas concentram-se em três tabuleiros principais: Antonina, Botafogo e Forte das Graças.

É nesta etapa do ciclo reprodutivo que os quelônios estão mais susceptíveis à captura, tanto das matrizes reprodutoras quanto dos ovos nos ninhos. Os animais e seus ovos são muito apreciados na culinária amazônica, sendo a captura indiscriminada o principal fator de diminuição do tamanho populacional da tartaruga da amazônia, tracajá e iaçá, todos quelônios do gênero *Podocnemis*. De acordo com o plano de manejo da unidade de conservação, os beneficiários possuem o direito de consumir quelônios e seus ovos quando estão nas comunidades ribeirinhas, sendo proibido o transporte para a cidade e a comercialização.

## PESCA COMUNITÁRIA DO PIRARUCU

Durante a ação, a equipe pode, ainda, acompanhar a pesca comunitária do pirarucu manejado. O manejo da espécie é realizado na UC desde 2006 e o monitoramento atesta o aumento populacional do animal. O técnico ambiental do Parna do Iguaçu e integrante da equipe de fiscalização, Carlos Henrique Bernardes, ressalta a importância do manejo, aliado à fiscalização contra a pesca e o comércio ilegal, para o crescimento populacional da espécie. “Com isso, temos maior geração de renda para os beneficiários da Resex, cumprindo, dessa forma, a missão do ICMBio de proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”, ressalta.



Carlos Henrique Bernardes

# Ações buscam ordenamento pesqueiro na Lagoa do Jequiá

A Reserva Extrativista (Resex) Marinha da Lagoa do Jequiá (AL) está trabalhando para o ordenamento pesqueiro na área da unidade de conservação (UC). No mês de agosto, foi realizada uma reunião com os pescadores para tratar do ordenamento dos jiraus no centro do município de Jequiá da Praia.

Os jiraus são suportes construídos normalmente de madeira e cobertura de palhas de coco, que servem de auxílio ao pescador na prática de pesca de tarrafa. Já as casas de barco, também utilizadas na reserva, são feitas do mesmo material, mas servem para guardar os barcos e petrechos de pesca.

Esta é a primeira construção de um acordo de monitoramento e ordenamento pesqueiro realizada na Resex. Nesta primeira etapa, foram identificadas 215 construções. “Essas estruturas caracterizam uma pesca bem artesanal, mas o problema é que seu uso, sem ordenamento, aumenta a área de ocupação da Resex, descaracterizando a localidade e causando inúmeros conflitos de uso. Além disso, a superlotação de jiraus ao longo das margens do rio Jequiá tem causado alguns problemas, como impedir acesso ao rio e o seu assoreamento”, afirmou Diana Meneses, chefe da Resex.

A partir da reunião, ICMBio e pescadores chegaram a um acordo para adequação, utilização coletiva, recuperação da área e uma proposta de automonitoramento da pesca, com a qual a Resex vai buscar participar do programa MONITORA. “Essas ações possibilitarão a mudança da relação que os moradores têm com a pesca na unidade. A participação da comunidade tem ajudado bastante”, destacou.



Jiraus dificultam acesso a rio e causam seu assoreamento

## CADASTRAMENTO

A gestão da Resex está trabalhando no processo de cadastramento e regularização desses espaços, o que faz parte da atividade geral de ordenamento e monitoramento da pesca na unidade. Após uma primeira identificação, será feito o cadastro do restante da Lagoa do Jequiá em todas as outras nove comunidades do entorno da UC. Ficou acordado um prazo inicial de um ano para acompanhamento e adequação às regras.

As atividades contam com apoio da Prefeitura de Jequiá da Praia, do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (Cepene) e do Instituto Federal de Alagoas (Ifal).



# Prata da casa

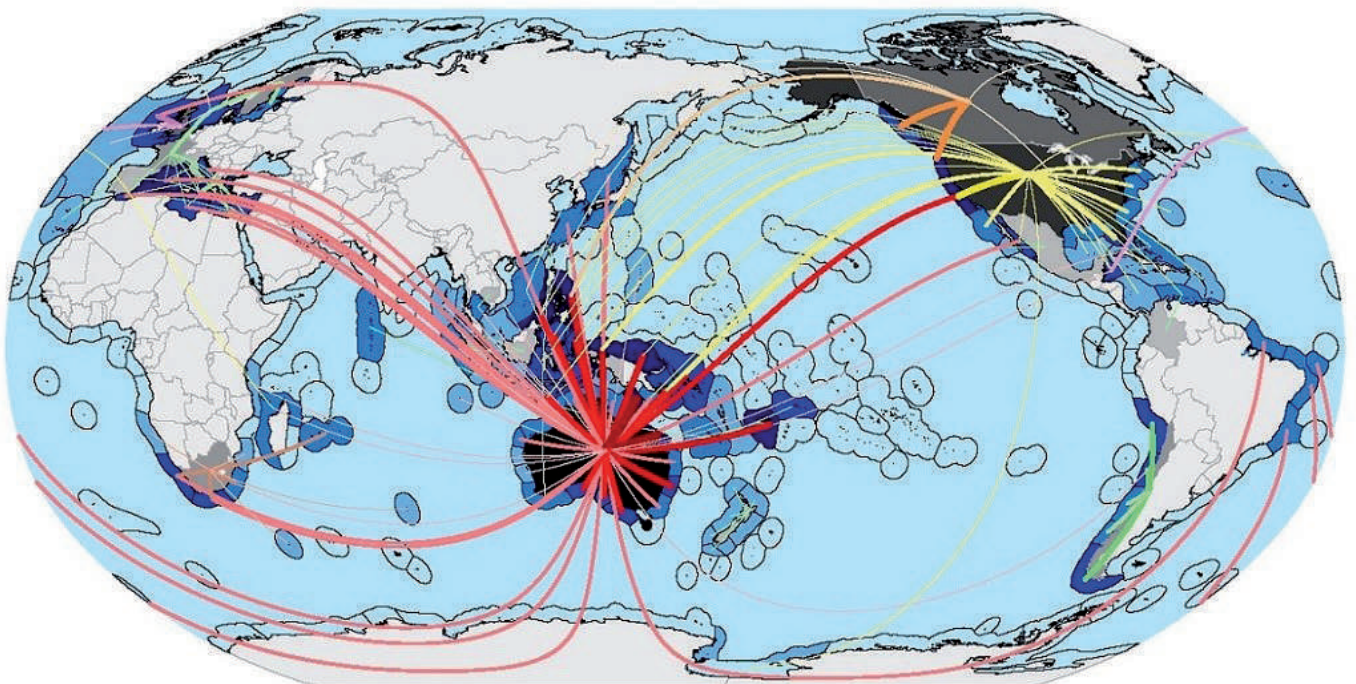
## Novo banco de dados contribui com esforços de conservação globais

Uma plataforma foi lançada para reunir estudos que visam a conservação de áreas marinhas em todo o mundo. O trabalho, coordenado por Jorge G. Álvarez-Romero (da Universidade James Cook, na Austrália), contou com a participação do analista ambiental Rafael Magris, da Coordenação de Criação de Unidade de Conservação (Cocuc)

Para desenvolver o banco de dados, foi chamado um grupo internacional de pesquisadores da Austrália, Brasil, Canadá, Reino Unido e Estados Unidos. Esse esforço resultou na criação do The Conservation Planning Database (<http://database.conservationplanning.org/>, descrição completa do database em <https://bit.ly/2Mtr9YB>), que visa ajudar a rastrear o desenvolvimento e os impactos das melhores práticas para conservação marinha e aprender com esses esforços.

Uma aplicação deste banco de dados, por exemplo, será visualizar onde estão as melhores práticas para a criação de áreas marinhas protegidas no Brasil e como a expansão do atual sistema de proteção pode ser mais efetivo em proteger a biodiversidade.

“Gestores de conservação podem acessar planos de conservação estabelecidos previamente para uma região de interesse (bem como as informações sobre os tipos de dados utilizados) e encontrar orientação técnica para dar suporte aos novos planos de conservação na mesma área, evitando duplicidade de esforço”, diz Rafael. Além disso, está prevista uma interface GIS, a ser lançada em breve.



# Pingue-pongue

## Publicização da Acadebio

A Acadebio completou neste mês nove anos de criação (confira a matéria na página 8) e se prepara para um novo ciclo com a publicização de suas atividades. O ICMBio em Foco conversou com Silvana Canuto, diretora de Planejamento, Administração e Logística, sobre esse processo de mudança.

**1** O que é esse novo modelo de gestão?

R. Formalmente é a celebração de uma parceria com uma organização da sociedade civil, que será selecionada e qualificada como organização social (OS) do ICMBio para, a partir de então, assumir a gestão das atividades de formação e capacitação desenvolvidas pela Acadebio e a gestão das atividades voltadas para o uso público da Flona de Ipanema.

Na prática, a parceria é o caminho encontrado pelo ICMBio para realização e manutenção de grandiosos e dispendiosos projetos que qualificarão a atuação social da unidade escola. Permitirá a captação de recursos privados e a atuação continuada de uma equipe técnica qualificada e ajustada ao alcance das metas estabelecidas no contrato de gestão.

**2** Existem outras instituições que adotam este modelo?

R. Sim e não. Explico. Na gestão federal, somente os ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) que, há quase duas décadas, vivenciam a experiência da gestão em parceria com uma OS.

No MCTIC são seis os contratos de gestão celebrados com organizações sociais, concebidas e formadas basicamente por servidores públicos envolvidos diretamente com a temática e cedidos à direção da OS. São o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa), a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) e o

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

Junto ao MEC, são três as organizações qualificadas: Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe), Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont (ISD) e Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto (Acerp).

Entretanto, no modelo atualmente regulamentado pelo Decreto 9.190/2017, o ICMBio será pioneiro. Em primeiro, o decreto exige a submissão de um Estudo de Publicização à análise prévia e aprovação do Ministério do Planejamento (MP). O estudo, já elaborado e aprovado em ato conjunto do MMA e MP, analisa a conveniência e oportunidade para a União da gestão em parceria e projeta os resultados esperados. O documento está disponível para leitura no Ambiente Vir-

tual de Aprendizagem – AVA do ICMBio.

Em segundo, o decreto exige a realização de um chamamento público, com critérios objetivos, para a seleção de entidade sem fins lucrativos, a ser qualificada como OS. O edital de chamamento Público já foi minutado e está sendo submetido à análise jurídica da PFE/ICMBio.

**3** Que inovações e benefícios a publicização poderá trazer?

R. As inovações serão inúmeras e os benefícios certamente serão diversos. Até onde nossa vista hoje pode alcançar, considerando o grau de incerteza do processo seletivo, podemos esperar em curto, médio e longo prazo a ampliação da participação de gestores do Sisnama e SNUC nos cursos e formações hoje oferecidos pela Acadebio; o aperfeiçoamento e melhoria da acessibilidade às instalações físicas e espaços de lazer disponibilizados à população; oferta de graduação e pós-graduação e de curso de altos estudos nas temáticas ambientais destinados, principalmente, aos membros do alto escalão dos governos Federal, Estadual e Municipal, dentre outras.

**4** Que tipos de organizações poderão se candidatar?

Entidades privadas sem fins lucrativos, associações, fundações já estruturadas, com equipe técnica experiente e habilitada às exigências do edital, e também o consórcio de entidades sem fins lucrativos, formado

com o propósito específico de reunir forças e concorrer com o máximo das experiências exigidas.

**5** Quais serão os papéis do ICMBio e da instituição escolhida após a assinatura do contrato?

O ICMBio seguirá construindo e consolidando as diretrizes para formação e capacitação de seus servidores por meio do plano anual de capacitação, que permanecerá sendo planejado exclusivamente pelo coletivo de servidores do Instituto. A OS assumirá, pelas regras já previstas, a gestão do PAC com a execução das atividades nele previstas.

O ICMBio e a entidade qualificada, com representações paritárias junto ao Conselho de Administração da OS, serão os responsáveis, entre outras atribuições, por fixar o âmbito de atuação da entidade para consecução do seu objeto; aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos e fixar a remuneração dos membros da diretoria.

**6** Ocorrerá alguma mudança no orçamento da Acadebio e com seus servidores? Haverá transferência de patrimônio?

Quanto aos recursos, a resposta é não. Os recursos financeiros hoje destinados à formação, capacitação e manutenção da Acadebio foram somados e informados no Estudo de Publicização, como os que serão destinados, na forma de fomento, à gestão da OS do ICMBio.

Para os servidores, não haverá mudança de lotação, mas a função será modificada. Aqueles que hoje atuam na gestão da Acadebio permanecerão em atividade no mesmo local, só que vinculados à uma nova unidade organizacional que será criada para realizar o acompanhamento dos contratos de gestão do ICMBio.

No caso do patrimônio, a resposta é sim. Ele será inventariado e, no que houver interesse, cedido ao uso da OS. Importante ressaltar que todo equipamento cedido segue sendo público e todos os equipamentos adquiridos pela OS para substituição, modernização ou ampliação da estrutura disponibilizada, no caso de rescisão do contrato de gestão, passa a integrar o patrimônio do ICMBio.

**7** A organização escolhida poderá ter lucro com as atividades desenvolvidas?

Não. Uma das exigências para a habilitação da entidade interessada na qualificação como OS do ICMBio é a comprovação, em seu estatuto social, do desenvolvimento de atividades sociais sem fins lucrativos.

**8** Há previsão de lançamento do chamamento público?

Sim. A minuta do chamamento público está em análise jurídica na PFE, devendo retornar para os ajustes necessários nas próximas semanas. Assim, temos a previsão de publicação do edital na primeira quinzena de outubro

# CURTAS

## Cepene recebe encontro de estudantes

O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (Cepene) recebeu neste mês a sexta edição do Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Ambientais (Enecamb). Com o tema "Manguetown: do Natural ao Social", o evento teve por objetivo enaltecer o ecossistema de manguezal e abordar questões como sua conservação, impactos, cultura e sustentabilidade. Entre os dias 2 e 5 de setembro, o Enecamb ocorreu em Recife, na Universidade Federal de Pernambuco, com diversas palestras e oficinas sobre ciências ambientais, manguezal e sistemas agroflorestais. Em sua segunda etapa, nos dias 6 a 8, aproximadamente 300 estudantes se deslocaram até o Cepene, em Tamandaré, para participação em vivências socioambientais e debates. Enquanto alguns deles realizaram a limpeza da praia em frente ao Cepene e no manguezal do rio Mamucabinhas, outros participaram da oficina Horta do Mar, com ampliação dos canteiros para plantio de vegetais para alimentação dos peixes-boi marinhos

da Base Avançada do Cepene, em Itamaracá. Também ocorreu um almoço colaborativo com Plantas Alimentícias Não Convencionais e a confecção de um ecoparque para crianças no Forte de Tamandaré, com pneus usados, além de uma roda de conversa sobre o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (AL/PE) e exibição de curtas e longa metragens de temática ambiental.



Alessandra Pessoa

Estudantes participam da oficina Horta do Mar

## Novo NGI

Um novo Núcleo de Gestão Integrada foi instituído no estado do Paraná. É o ICMBio Palmas, que reúne a Estação Ecológica da Mata Preta,

o Parque Nacional das Araucárias e o Refúgio da Vida Silvestre dos Campos de Palmas, e terá sede no município de Palmas.

## Criado mosaico de UCs na Serra do Cipó

Portaria do Ministério do Meio Ambiente (MMA), publicada no Diário Oficial da União da última sexta-feira (14), reconhece o Mosaico da Serra do Cipó, que reúne um conjunto de 18 unidades de conservação (UCs) federais, estaduais e municipais do estado de Minas Gerais. A formação do mosaico decorre dos esforços do MMA, do ICMBio, da Rede Pró Mosaico Espinhaço Serra do Cipó, do Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG) e da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. A portaria pode ser conferida em <https://bit.ly/2xjs000>.



Edward Elias Jr

Parna da Serra do Cipó, uma das unidades que compõe o novo mosaico

## ICMBio seleciona instituição financeira responsável pelo Fundo de Compensação Ambiental

O Instituto Chico Mendes publicou na última semana o resultado final da seleção da instituição financeira que será responsável pela gestão e execução do Fundo de Compensação Ambiental. O processo concluiu pela escolha da Caixa Econômica Federal, que apresentou a proposta mais vantajosa para o ICMBio, obedecendo aos termos do edital.

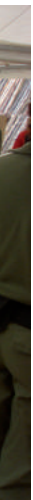
A seleção da instituição financeira foi possível após a promulgação da Lei 13.668/18, que autorizou o Instituto Chico Mendes a selecionar um banco público para criar e gerir um fundo formado pelos recursos arrecadados com a compensação ambiental. A expectativa é que, com a criação do fundo, sejam aportados cerca de R\$ 1 bilhão para aplicação nas unidades de conservação.

A legislação também definiu que a instituição escolhida é responsável pela execução, direta ou indireta, e pela gestão centralizada dos recursos de compensação ambiental destinados às unidades de conservação instituídas pela União e poderá, para a execução indireta, firmar contrato com instituições financeiras oficiais regionais.

Após a etapa de seleção do banco, o ICMBio deve, agora, publicar uma portaria definindo os critérios, as políticas e as diretrizes para o Fundo de Compensação Ambiental, para sua posterior efetivação pela Caixa Econômica Federal. A perspectiva é que, até o final de 2018, o fundo já esteja operacionalizado, apto a receber os recursos aportados pelos empreendedores.

# Acadebio







## ICMBio em Foco

Revista eletrônica

### Edição

Ivanna Brito

### Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayananne Miranda

### Diagramação

Celise Duarte

### Chefe da Divisão de Comunicação

Márcia Muchagata

### Colaboraram nesta edição

Ana Carolina Grillo – Cepene; Ascom/MMA; Carla Polaz – Cepta; Cesar Augusto Chiroso Horie – NGI Antonina; Diana Meses – Resex Marinha Lagoa do Jequiá; Emerck Lima Cipriano – Resex Barreiro das Antas; Erick Caldas Xavier – ICMBio Rio Paraná; Gerson Roessle Guaita – Resex do Baixo Juruá; Jaqueline Filgueiras – Diplan; Marcelo Magioli – Cenap; Marina Pinheiro Kluppel – Acadebio; Nuno Rodrigues da Silva – Parna do Pantanal Matogrossense; Priscila Estevão – Parna da Chapada dos Guimarães; Ramilla Rodrigues – DCOM; Sônia Helena Santesso Teixeira de Mendonça – RAN; Tainah Guimarães – CBC; Thais Ferraresi Pereira – CGGP.

### Divisão de Comunicação - DCOM

#### Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 [ascomchicomendes@icmbio.gov.br](mailto:ascomchicomendes@icmbio.gov.br) - [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br)



MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE

GOVERNO  
FEDERAL